

Intervenções militares e presença militar estrangeira

Já desde os tempos da Grécia Antiga que alguns Estados encontram vantagens em intervir nos assuntos de outros, em nome dos seus próprios interesses e contra a vontade daqueles ou de terceiros, escudados no preceito mais realista das relações internacionais – o interesse nacional; como referia Morgenthau, “a intervenção é um instrumento de política externa tão antigo e estabelecido como é a pressão diplomática, as negociações e a guerra”. O termo intervenção remete-nos para uma panóplia variada de interpretações, pelo seu carácter vago e impreciso, mas foi Rosenau, já em 1969, no seu importante estudo da intervenção enquanto conceito científico, que melhor caracterizou este fenómeno, referindo-o, normalmente, como um instrumento de acção, um meio e não um fim, dependendo a sua moralidade ou imoralidade do fim para o qual é dirigida; se é certo que muitas intervenções invadem a privacidade das pessoas e comprometem a estabilidade do sistema internacional, outras há que defendem os direitos humanos e preservam a ordem internacional. *Latu sensu*, considera-se intervenção qualquer acção por meio da qual um ou mais Estados têm impacto nos assuntos internos de um outro. No âmbito deste artigo, intervenção militar, como refere Rosenau, refere-se a um envolvimento militar coercivo em conflitos civis ou regionais, afectando normalmente resultados políticos internos. Inclui Estados e outros actores dentro e fora da região e/ou do continente; pode ser unilateral, multilateral ou colectiva; e pode envolver forças regulares do interventor, ou irregulares que actuem a seu mando.

Contextos e motivos de intervenções desde a década de 60

Encontrar causas únicas para as diferentes intervenções militares ocorridas em África é um exercício de sistematização complexo, pois normalmente cada intervenção resulta da combinação de condições muito heterogéneas, onde se enredam factores de ordem económica, cultural, étnica, política, social ou mesmo societal, tais como os interesses de grandes potências, os antagonismos domésticos sociais e políticos, o “contágio” de

intervenções militares noutros países africanos, o mal-estar e problemas económicos, a corrupção, afinidades étnicas, expectativas de ganhos económicos, ou mesmo a consensualização, por parte de líderes militares, do seu poder para influenciar ou substituir líderes políticos.

Apesar de inúmeros estudos e escolas de pensamento no que respeita às causas de intervenções militares em África – das que se realçam as protagonizadas por Samuel Huntington, que enfatiza as fraquezas societárias e estruturais de muitas sociedades africanas – é geralmente aceite que os motivos para as intervenções assentam em grande parte na idiosincrasia geopolítica do próprio continente, em que a luta pelos diversos instrumentos de poder e influência (políticos, económicos, ou outros), ao longo do último meio século, tem gerado conflitos militares com características próprias. É pois interes-

sante analisar os contextos geopolíticos em dois períodos diferentes, tentando encontrar motivos para as intervenções militares então ocorridas: 1.º período, década de 60 até final da década de 80 e, o 2.º período, a partir da década de 90 até à actualidade.

1. período: desde a década de 60 até final da década de 80

O 1.º período é marcado por dois importantes acontecimentos: o processo de descolonização e a Guerra Fria. Efectivamente, neste período de tempo, iniciaram-se e concluíram-se praticamente todos os processos de transição para a independência; na grande parte dos casos, a pouca capacidade e apetência dos novos governos, associadas às fracturas sociais – de cariz étnico, religioso, etc. – herdadas do período colonial, levaram a diversos conflitos internos pelo domínio do poder nas ex-colónias, tornando-se o

PRESENÇA MILITAR EM ÁFRICA NA ACTUALIDADE

A presença militar em África na actualidade decorre, sobretudo, da participação em operações de paz das Nações Unidas (NU) e da salvaguarda de interesses estratégicos na região, realçando-se, além da enorme e significativa participação de países asiáticos nas operações das NU (actualmente, os três maiores contribuidores de tropas são o Paquistão, o Bangladesh e a Índia), a presença militar francesa, americana e chinesa.

A presença militar francesa em África é muito significativa, em consonância com os seus interesses e história na região, apesar de nos últimos anos se assistir a uma redução, em virtude de alterações na política de segurança e defesa. Existem várias bases que servem de apoio à actividade militar em África, sendo três delas permanentes. A maior é no Jibuti, com cerca de 2900 militares, existindo outra no Senegal, com 1200 homens, e outra no Gabão com 980. Em Junho de 2009, dos 10700 militares envolvidos em operações militares no exterior, cerca de 3900 encontravam-se em África, principalmente na Costa do Marfim, na RD do Congo, no Chade e na República Centro-Africana.

A presença militar americana, ao contrário da francesa, está a aumentar. Foi criado um comando regional, em 2007 – o AFRICOM – atribuindo-se-lhe a função de acompanhar e apoiar as actividades no âmbito da segurança e defesa, nomeadamente o combate ao terrorismo e proliferação de armas de destruição maciça, a resolução de conflitos regionais, mitigação de desastres naturais e humanitários e, sobretudo, garantir a liberdade de acção estratégica na região. Tem implementado e apoiado programas em todo o continente, assegurando acordos de diversa natureza. Para apoio das suas actividades tem utilizado, principalmente, a base permanente que possui no Jibuti, onde está sediada uma Força Conjunta (CJTF – HOA), e a ilha da Ascensão, no Atlântico. Em Dezembro de 2008 possuíam cerca de 1950 militares em actividade em África.

A presença militar chinesa suporta e decorre da estratégia da China para África – reforço dos laços com países e organizações africanas, perdão da dívida, ajuda ao desenvolvimento e participação em operações de manutenção da paz em África – para ganhar influência e garantir acesso a recursos energéticos e estratégicos. A estratégia militar assenta em três vertentes principais, nomeadamente, a venda de armas, a assessoria e capacitação de forças militares africanas e a participação em operações de paz. Com actividade em praticamente todo o continente, realçam-se os acordos económicos e militares com Angola, Sudão (onde possui cerca de 4500 homens para protecção das infra-estruturas energéticas que possui na região), Zimbábue, Congo e Egipto. No âmbito do seu crescente envolvimento em operações de paz, a China participa em seis das sete operações das NU em África, com cerca de 1650 homens, entre militares e polícias, e assegurando o comando da operação MINURSO, no Sara Ocidental.

recurso à violência armada o meio mais utilizado pelas partes em confronto; multiplicaram-se então os golpes de Estado e emerge a importância do papel político dos militares. Por outro lado, a debilidade e a situação revolucionária em muitos desses “novos” Estados africanos criaram condições propícias ao confronto indirecto entre os EUA e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), através de intervenções mais ou menos encobertas, recorrendo a instrumentos diversos, como a pressão diplomática, a propaganda, o apoio militar às facções em conflito – ora no governo, ora na oposição – fomentando subversões, golpes de Estado ou mesmo regimes ditatoriais, no contexto de uma rivalidade tão bem descrita por Zaki Laïdi, em “The Super-Powers and Africa: the Constraints of a Rivalry – 1960-1990”.

2. período: a partir da década de 90 até à actualidade

O 2.º período é caracterizado pelo fim da Guerra Fria e o emergir de um novo paradigma político-estratégico, contribuindo decisivamente para o surgimento de regimes mais liberais. Apesar da quase totalidade de os regimes militares e ditatoriais africanos terem, neste período, empreendido vários processos eleitorais, por iniciativa própria ou sob pressão, a falta de estruturas e de capacidade dos Estados levaram a que houvesse um aumento dos problemas sociais e da desordem, principalmente na África subsariana. Emerge assim uma conflitualidade intrinsecamente ligada ao enfraquecimento do Estado e à deterioração das condições económicas e de sobrevivência das pessoas, contribuindo para o surgimento de formas de soberania e ordens políticas e sociais que contornam o sistema estatal, tais como os “principados militares” no Ruanda, Uganda, Burundi, Etiópia, Eritreia ou Somália, que actuam como autênticos governos nas áreas que controlam, se autofinanciam a partir da exploração de recursos naturais e em que a enorme presença de deslocados e refugiados, normalmente “arrebanhados” em campos, lhes serve de apoio e esconderijo. Por outro lado, no início deste período, com a retirada das superpotências de conflitos locais e com o falhanço dos esforços de

resolução de conflitos e de manutenção de paz das NU, acelerou-se a tendência para a regionalização dos conflitos internos, sendo o vácuo criado preenchido, principalmente, por potências regionais. Desaires como o genocídio no Ruanda, a guerra civil no Sudão, ou a operação das NU na Somália, liderada por americanos, contribuíram para um alheamento crescente de grandes potências na resolução activa dos conflitos africanos, preferindo confinar-se a um papel de carácter mais humanitário (salvaguardando, contudo, os seus interesses através de presença militar) e encorajando soluções africanas para os

problemas africanos. Isto, apesar de muitas vezes essas soluções mais não serem do que tentativas de hegemonia política, económica e militar numa região, incluindo aquelas em que um Estado contribui com tropas para missões de paz das NU, como a Nigéria. Com a saída ou diminuição do envolvimento das grandes potências, assistiu-se também a um aumento da utilização de empresas de segurança (e militares) privadas e mercenários – cujos serviços prestados variam desde acções de combate militar, guarda de recursos valiosos, como diamantes ou petróleo, apoio logístico, assessoria técnico-

-militar, etc. – mas também da cooperação técnico-militar estrangeira na preparação e capacitação de forças militares, em que algumas foram mesmo usadas em intervenções (v. g. forças senegalesas treinadas ao abrigo do programa francês ReCAMP (Reforço das Capacidades Africanas de Manutenção da Paz) intervieram na Guiné-Bissau).

Nos últimos anos diversos mecanismos têm emergido no continente, no quadro da arquitectura de segurança em África (como a Força Africana de Intervenção, o Sistema Continental de Alerta Antecipado, ou o Fundo para a Paz, no âmbito da UA),

demonstrando que o conceito de segurança colectiva regional no continente se tem alterado e continua a evoluir. Constata-se que os Estados africanos cada vez mais procuram soluções africanas para os seus problemas de segurança, mitigando praticamente a conflitualidade interestatal; o maior problema é, como dantes, a conflitualidade interna, com fortes raízes no processo de divisão de fronteiras e na pouca cultura democrática. As intervenções militares, por isso, continuarão a acontecer, revestindo agora formas diversas, cada vez mais aceites, mas continuando a afectar resultados políticos internos. ■

INTERVENÇÕES MILITARES DESDE A DÉCADA DE 60

Local	Ano	Interventor(es)	Missões/intervenções de Organizações Internacionais
Angola	1974-1976	Zaire, EUA, África do Sul, Cuba (com apoio soviético)	UNAVEM I, II, III – Missão das NU (1991-1997);
	1989-1995 1998-2001	África do Sul; Zaire, Namíbia Zâmbia, Namíbia	MONUA – Missão das NU (1997-1999)
Burundi	1990-1992	Tanzânia	MIOB – Missão da OUA (1993-1996);
	1995-2001	Tanzânia, Zaire, Uganda, Zimbábue	MIAB – Missão da União Africana (UA) (2003-2004); ONUB – Missão das NU (2004-2006)
Camarões	1960-1964	França	
Chade	1968-1972	França	Missão da OUA (1981-1982);
	1978-1984	França, Líbia, Nigéria	UNASOG – Missão das NU (1994);
	1986-2007	Sudão, Burquina-Faso, Líbia, Togo, França	EUFOR Chade-RCA – Missão da União Europeia (UE) (2007-2009); MINURCAT – Missão das NU na RCA e Chade (2007-...)
Comoros	1995	França	
Congo (Brazzaville)	1997-1999	Angola	ONUC – Missão das NU (1961-1964)
Corno de África (Ogaden)	1977-1978	Somália, Iémen (do Sul), Cuba, URSS	
Costa do Marfim	1970 2002-2007	França França	UNOCI – Missão das NU (2004-...)
Jibuti	1991-1994	França	
Etiópia	1989-1991 1998-2001	Sudão, Líbia Eritreia	UNMEE – Missão das NU (2000-2008)
Gabão	1990	França	
Gâmbia	1981	Senegal	
Guiné	2000-2001	Libéria	
Guiné-Bissau	1998-1999	Guiné, Senegal	ECOMOG – Missão da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) (1998-1999)
Lesoto		SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral)	Operação BOLEAS – Missão da SADC (1998-1999)
Libéria	1989-1996	Costa do Marfim, Burquina-Faso, Líbia, Serra Leoa	ECOMOG – Missão da CEDEAO (1990-1999); UNOMIL – Missão das NU (1993-1997);
	2000-2001	Guiné	UNMIL – Missão das NU (2003-...)
Mauritânia	1958-1963 1977-1978	França, Espanha Polisário, Marrocos	MINURSO – Missão das NU (1991-...) em Marrocos, no Sara Ocidental.

Local	Ano	Interventor(es)	Missões/intervenções de Organizações Internacionais
Moçambique	1982	África do Sul	ONUMOZ – Missão das NU (1992-1994)
	1989-1992	Zimbábue, Quênia	
Quênia	1964	Reino Unido	
República Centro-Africana (RCA)			MISAB – Missão interafricana de monitorização dos acordos de Bangui (1997); FOMUC – Missão da Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC) (2002-2008); MINURCA – Missão das NU (1998-2000); MINURCAT – Missão das NU (2007-...); MICOPAX – Missão da CEMAC (2008-...)
	1979	França	
	2001 2006	Líbia França	
República Democrática do Congo (Zaire, até Maio de 1997)	1977-1978	França, Bélgica, Marrocos, Senegal, EUA	
	1991 1996-2001	França, Bélgica Burundi, Ruanda, África do Sul, Uganda, Angola, RCA, Chade, Congo, Quênia, Namíbia, Sudão, Tanzânia, Zimbábue	ARTEMIS – Operação da UE (2003); EUFOR R.D. Congo – Operação da UE (2006); MONUC – Missão das NU (1999-...)
Ruanda	1990-1994	Uganda, Zaire, França	UNOMUR – Missão das NU no Uganda e Ruanda (1993-1994);
	1998-2001	República Democrática do Congo	UNAMIR – Missão das NU (1993-1996)
Serra Leoa	1991-2001	Libéria, Guiné, Nigéria, Burquina-Faso	ECOMOG – Missão da CEDEAO (1998-2000); UNOMSIL – Missão das NU (1998-1999); UNAMSIL – Missão das NU (1999-2005)
Somália			IGASOM – Missão da Autoridade Inter-Governamental para o Desenvolvimento (IGAD) (2005-2007); UNOSOM I, II – Missão das NU (1992-1995); AMISOM – Missão da UA (2007-...)
	1982 1989-2001	Etiópia Etiópia	
Suazilândia	1963	Reino Unido	
Sudão			AMIS – Missão da UA (2004-2007); UNMIS – Missão das NU (2005-...); UNAMID – Missão híbrida UA/NU (2007-...) (Darfur)
	1989-2001	Etiópia, Quênia, Líbia, Eritreia, Uganda	
Tanganica	1964	Reino Unido	
Tunísia	1980	Líbia	
Uganda			
	1964	Reino Unido	
	1979	Líbia, Tanzânia	
	1989-1991 1994-2001	Quênia, Zaire, Sudão Sudão, Zaire	UNOMUR – Missão das NU no Uganda e Ruanda (1993-1994)
Zimbábue	1982	África do Sul	

Fonte: FURLEY, Oliver; MAY, Roy (2001) — *African Interventionist States*. Aldershot: Ashgate Publishing. GRIFFIN, Christopher (2007) — *French Military Interventions in Africa: French Grand Strategy and Defense Policy since Decolonization*. Chicago: University of Southern California. MACFARLANE, Stephen N. (1984) — *Intervention and Security in Africa*. International Affairs. Vol. 60. YOON, Mi Yung (2005) — *Internal Conflicts and Cross-Border Military Intervention in Sub-Saharan Africa in the Post-Cold War Era*. Journal of Political and Military Sociology. Vol. 33. n.º 2. WINGEN, John Van; TILLEMA, Herbert K. (1980) — *British Military Intervention after World War II: Militance in a Second-Rank Power*. Journal of Peace Research. Vol. 17, N.º 4. <http://www.un.org; www.operationspaix.net>.